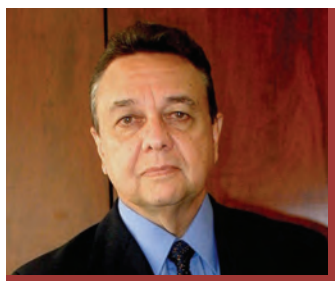


Diário de bordo

Cooperativas e pós-crise



Roberto Rodrigues*

A CRISE financeira afetou diferentemente os setores da economia e as suas empresas. Obviedade acaciana é que aquelas que estavam alavancadas sofreram muito mais, sobretudo com a escassez do crédito.

As cooperativas, no mundo todo, resistiram mais galhardamente às crises econômicas globais anteriores do que suas concorrentes tradicionais do mercado. Na crise asiática passada, os bancos cooperativos daquele continente praticamente não foram afetados, enquanto os comerciais perderam muito dinheiro e alguns quebraram.

A Aliança Cooperativa Internacional solicitou à OIT um estudo sobre a capacidade de resistência na atual crise, com resultados instigantes. Ficou evidenciado que as cooperativas de crédito estão sólidas, inclusive aumentando o capital. Há uma clara interpretação de que empresas com valores e princípios éticos e morais como os da doutrina cooperativa têm crescente chance de sucesso na nova economia que emergirá no pós-crise, a chamada “economia verde”.

Onde está a diferença? Em primeiro lugar, a cooperativa é um modelo empresarial focado nas pessoas, oferecendo-lhes serviços para melhorar sua condição econômica e, a partir daí, a social. Em outras palavras, o objetivo da cooperativa não é o seu lucro, mas o progresso sustentável de gente da comunidade onde se instala.

Por outro lado, o cooperado tem um triplice papel na sua empresa: ele é ao mesmo tempo associado, usuário e investidor. Sendo assim, há uma tendência das cooperativas correrem menos riscos. Claro que terão, com isso, menos lucro, mas este não é mesmo sem objetivo.

Por isso é que os bancos cooperativos resistem mais às crises, seus dirigentes, que são cooperados, não arriscam o capital da cooperativa porque o fracasso os atingirá, além de atingir o corpo associado.

É a razão pela qual, também, as cooperativas mantêm os empregos de seus funcionários, assegurando a renda das famílias. Elas ainda garantem que os preços dos produtos e serviços se mantenham em níveis razoáveis, e com boa qualidade e confiabilidade. Sempre pensando nas pessoas.

Assim as cooperativas mostram bem o seu compromisso com a responsabilidade social e com a famosa sustentabilidade, nas suas três vertentes, a econômica, a social e a ambiental.

Elas não são instituições românticas ou sociedades de poetas mortos. São empresas, devem ser eficientes e competitivas, devem dar resultado financeiro positivo, tudo como qualquer outra empresa. Mas têm seus valores que fazem a diferença.

Governos de todos os continentes estão interessados em impulsionar o cooperativismo, compreendendo que este é o braço econômico da organização social, e aliado na defesa da democracia.

Se as lideranças mundiais do movimento souberem se posicionar ante as instituições multilaterais e aos governos, o cooperativismo tem grande chance de contribuir positivamente para o novo mundo que vem surgindo depois da crise. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Ar-condicionado



Cesário Ramalho da Silva*

É IMPOSSÍVEL fugir do debate ambiental. O tema é, sem sombra de dúvidas, o mais importante para o agro-negócio no momento. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) se mobiliza-se para justificar técnica e cientificamente a necessidade de mudança na legislação ambiental, bem como defender os produtores rurais de falsas acusações.

É fundamental deixar claro que o agro-negócio organizado do País é peremptoriamente contra o desmatamento, seja na Amazônia ou em qualquer outra região. Posição defendida pela SRB há muito tempo, a agropecuária brasileira não precisa desmatar, pois tem totais condições de crescer em eficiência e produtividade, principalmente a pecuária. Recuperados, milhões de hectares de solos degradados existentes podem e devem ser incorporados à produção rural.

A derrubada da floresta decorre de direitos de propriedades mal definidos, que inviabilizam a ação fiscalizadora do Estado, deixando assim a mata vulnerável para ação de grileiros e desmatadores, aventureiros, que não podem manchar a reputação dos produtores rurais brasileiros.

Todavia, entendemos que a pecuária já instalada na Amazônia, fruto do estímulo governamental de décadas atrás, deve ser respeitada, mas, obviamente legalizada do ponto de vista ambiental. A desorganização fundiária é o gatilho do desmata-

mento. Em razão disso, apoiamos e parabenizamos o presidente Lula pela sanção da Medida Provisória 458, que vai regularizar, no tocante à posse, as terras da União na Amazônia Legal.

Sabemos que a legislação ambiental vigente, datada de 1965 e remendada ao longo do tempo, não contempla as mudanças ocorridas na produção rural. É uma legislação de ar-condicionado, feita dentro de quatro paredes, por quem nunca pôs os pés numa fazenda. O Código Florestal em vigor é uma lei genérica, que ignora particularidades regionais, fato que se cristaliza numa tímida aplicação de zoneamentos ecológicos-econômicos.

Por isso, o Código Florestal precisa ser alterado, para que dê lugar a um novo Código Ambiental, que sirva de bússola para novas legislações regionais cumpridoras do papel de conservação, sem barrar a produção e o desenvolvimento. O produtor rural nasce aprendendo que precisa cuidar do meio ambiente, pois dele depende sua sobrevivência.

O produtor rural tem sim obrigações com relação ao solo, à mata, ao uso da água. Entretanto, a garantia efetiva da biodiversidade exige áreas extensas, que apenas o Poder Público pode estabelecer e administrar. Mas para que isso tudo funcione, também é preciso incluir na lista de devedores toda a população, especialmente, a urbana, que se beneficia dos serviços ambientais de manutenção de recursos hídricos, da conservação da biodiversidade, proteção do solo e da regulação dos gases na atmosfera feitos por muitos produtores. Ou seja, a sociedade tem que remunerar os produtores rurais por serviços ambientais.

Ministros, parlamentares, dirigentes do setor - representantes legítimos dos produtores -, governadores, secretários, trabalham juntos para elaboração de um novo código ambiental. E tem de ser assim mesmo. O diálogo é o único caminho para o desenho de políticas públicas e modelos privados de gestão eficientes economicamente, justos socialmente e corretos ambientalmente. ■

Opinião

Mudança climática



João Sampaio*

AS MUDANÇAS climáticas previstas para as próximas décadas, como resultado do aquecimento global, podem colocar em risco a produção agrícola mundial. Seus efeitos são inegáveis e podem ser evidenciados pelas catástrofes climáticas registradas nos últimos tempos. Porém, se há provas de migração na produção agrícola, que tem uma geografia dinâmica, daí a afirmar que ela está condenada em algumas regiões é descon siderar alguns fatores que regem os movimentos produtivos.

No caso do Brasil, três fatores concorrem para alterações no mapa da produção agrícola: o econômico, a inovação e a mudança climática. As grandes migrações se deram por causa da disponibilidade de novas áreas de exploração combinada à vocação econômica regional, ao empreendedorismo do produtor rural e à indução governamental com crédito e garantias. Os exemplos vão desde a ocupação do norte do Paraná à conquista do Cerrado, até as mais recentes ocupações do oeste baiano, sul do Maranhão e Piauí e do Agreste.

O impulso econômico e a inovação resultantes da pesquisa agropecuária possibilitaram o plantio da soja e milho em Mato Grosso e Goiás, assim como a intensificação da produção pecuária paulista. O melhoramento genético e aprimoramento no manejo permitiram

o desenvolvimento dessas atividades em novas regiões. A fruticultura no sertão ou os seringaais de São Paulo decorrem mais da capacidade de inovação tecnológica do campo do que de mudança climática.

O programa de melhoramento genético realizado pelo Instituto Agrônomo de São Paulo, possibilitou o cultivo da cana em regiões antes nunca imaginadas. Há 15 anos, iniciou-se um trabalho no Cerrado goiano, o qual culminará no lançamento de duas variedades próprias para as características edafoclimáticas da região.

A ciência que viabiliza a migração da produção agrícola nos permite vislumbrar o enorme potencial do continente africano, que ainda não passou pela sua revolução verde. Projetos e campos de experimentos de cana-de-açúcar estão sendo viabilizados em Moçambique e Angola pelo Instituto Agrônomo.

Com o mesmo olhar otimista ratifico a necessidade do setor produtivo pensar as mudanças climáticas como um desafio para a ciência e o homem. O aquecimento global já acontece. O IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas) estima aumento na temperatura mundial entre 1,8° C e 4° C até o fim do século. O desenvolvimento de variedades adequadas às mudanças climáticas há de ser prioridade das instituições de pesquisa agropecuária.

Alguns setores da pesquisa solicitam a criação do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas. Também defendemos desde que seja livre dos ideologismos que têm contaminado algumas discussões ambientais e rotulando o setor produtivo como culpado.

A questão ambiental será preponderante no planejamento estratégico do Brasil como produtor de agroenergia e alimentos, não há como fugir. A economia e a inovação tecnológica são base de sustentação da produção agroambiental, a qual definirá a dinâmica da geografia agrícola. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo